

## A invenção do cotidiano feminino: uma leitura certeusiana

Maria Aparecida Corrêa Custódio\*

### Resumo

Este texto relata uma das principais abordagens de minha tese de doutoramento: as propostas teóricas de Michel de Certeau, as quais subsidiam a reflexão sobre as táticas e estratégias utilizadas pelas Filhas da Imaculada Conceição para formar uma congregação religiosa no sertão de Santa Catarina, em 1890, a fim de atender doentes, meninas e órfãs, e *inventar* sua realidade em Vigolo (1880-1890), Nova Trento (1894-1903) e São Paulo (1903-1909).

*Palavras-chave:* Tática; Estratégia; Educação feminina.

### The invention of the quotidian female: a certeusian reading

### Abstract

This study aims to tell one of the main approaches of my doctoral thesis: the theoretical proposals of Michel de Certeau, which are the base to reflect on the tactics and strategies used by the Daughters of the Immaculate Conception to initiate a religious congregation in the wilderness of Santa Catarina, in 1890, in order to care for elderly sick people, girls and orphans, and to invent their reality in Vigolo (1880-1890), Nova Trento (1894-1903) and Sao Paulo (1903-1909).

*Keywords:* Tactics; Strategies; Female education.

Sempre é bom recordar que, desde a elaboração de um projeto de pesquisa até a consumação da investigação, é imprescindível eger referencias teóricas, ou seja, instrumentos lógico-conceituais, para que o pesquisador possa se apoiar a fim de conduzir o seu raciocínio e explicar os aspectos que se propôs estudar (SEVERINO, 2007; PÁDUA, 2011). Nesse sentido, este texto apresenta uma das principais abordagens de minha recém-defendida tese de doutoramento (CUSTÓDIO, 2011): recorte das ideias de Michel de Certeau (1925-1986), renomado pensador francês, cuja trajetória intelectual passa pelas áreas de Filosofia, Letras Clássicas, História e, evidentemente, Teologia, tal como ocorre com um jesuíta que trilha o caminho da intelectualidade. De sua consistente obra, apenas cinco livros foram traduzidos para o português: *A escrita da história* (1982), *A invenção do cotidiano*, v. 1 (1994), *A cultura no plural* (1995), *A invenção do cotidiano*, v. 2 (1996), *História e psicanálise* (2011). Também um dossiê em homenagem a ele – “Michel de Certeau, Historiador” – foi traduzido pela revista *Projeto História* (1998). Na obra de Le Goff e Nora (1979) há um capítulo de Certeau tratando de “A operação histórica”.

Destes materiais, utilizei largamente algumas teses do primeiro volume de *A invenção do cotidiano* para analisar a *formação e trajetória* de uma sociedade de mulheres que organizou uma congregação religiosa no sertão de Vigolo (SC), no final do século XIX. Trata-se da quarta congregação criada no Brasil, a das Irmãzinhas da Imaculada Conceição, antes Filhas da Imaculada

Conceição, que desde a primeira hora de seu instituto se dedicaram à educação de meninas e órfãs, prática que interessa sobremaneira à História da Educação.

Uma das metas principais de minha tese era traçar um novo olhar sobre estas mulheres, focalizando suas operações, sobretudo, aquelas relacionadas à formação e constituição de sua congregação, analisando ainda seu próprio processo de educação e àquele que ministraram às meninas e órfãs.

Deste modo, inspirando-me em outro referencial teórico, o de Michelle Perrot, tentei escrever a história dessas mulheres, fazendo do ofício do historiador um *ofício de mulheres*, na perspectiva de superar o modelo positivista, o qual opera “um verdadeiro recalçamento do tema feminino e, de modo mais geral, do cotidiano”, afirma a autora (PERROT, 2010, p. 185). Sendo assim, também procurei mostrar que o ofício do historiador é um ofício de mulheres que escrevem a história no feminino. Portanto, os campos que abordei foram os da ação e do poder femininos, mesmo em meio a ambiguidades e contradições, considerando que as religiosas em geral, em última instância e até os dias atuais, estão subordinadas à hierarquia masculina da Igreja Católica. Mesmo assim, investigando a ação dessas mulheres, como diz Perrot, apreendi que suas práticas são “dotadas de vida”, pois elas não são passivas nem submissas. Pelo contrário, “se afirmam por outras palavras, outros gestos”, pois “têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas

\* Endereço eletrônico: mapcocustodio@yahoo.com.br.

sobre seu uso próprio do tempo e do espaço” (PERROT, 2010, p. 212).

Foi possível chegar até essas assertivas a partir de um trabalho minucioso de leitura e análise de crônicas, cotejadas com outros documentos do arquivo histórico da congregação em foco. Assim, suas práticas de organizar uma congregação religiosa puderam ser flagradas, sobretudo, nas crônicas manuscritas e datilografadas que selecionei para realização da pesquisa: as de madre Matilde, escritas a partir de 1910 e editadas em 1917, contemplam o período de 1875-1895; as de madre Dorotéia, escritas e editadas a partir de 1924, cobrem variados períodos, desde 1865 até 1943 – a primeira cronista fora testemunha ocular dos fatos; a segunda fizera pesquisa oral com as freiras mais antigas e reunira diversos documentos.

Vale salientar que, nesse árduo trabalho de investigar crônicas religiosas, adotei a linha teórico-metodológica de Carlo Ginzburg, a qual transparece nas entrelinhas do texto, para tratar de indícios encontrados nas fontes primárias. Sem dúvida, as ideias desse autor (GINZBURG, 1989) e a forma majestosa como ele ensina uma historiadora a trabalhar com o “paradigma indiciário”, por meio de suas próprias narrativas históricas (GINZBURG, 2004), funcionaram como uma espécie de *ruah* (espírito em hebraico), soprando e inspirando todo o estudo.

Mais especificamente, para analisar as referidas crônicas, conforme já disse, utilizei – principalmente – as *teses certeausianas*, as quais me ajudaram a refletir sobre a “prática viva” e cotidiana dessas mulheres-religiosas, em seus movimentos de “consumo” e “apropriação” dos bens culturais teológicos instituídos pelos jesuítas, em nome da Igreja, desde o início de sua organização.

Ao enveredar por este caminho, fiz uma verdadeira caça das ideias certeausianas, que pode ser metaforizada da seguinte forma: quanto mais as lia, tanto menos as compreendia, tanto mais elas deixavam de ser evidentes! Mesmo assim continuava a caçada, pois “os leitores são viajantes; circulam nas terras alheias, nômades caçando por conta própria através dos campos que não escreveram, arrebatando os bens do Egito para usufruí-los”, diz o mestre (CERTEAU, 2009, p. 245). De fato, utilizei muitos “bens do Egito” certeausiano para fazer a reconstrução analítica da trajetória dessas freiras, entre os quais se destacam as categorias de *tática e estratégia*, bem retratadas no primeiro volume de *A invenção do cotidiano*.

Antes de adentrarmos nessas categorias, é preciso dizer que *A invenção do cotidiano* é uma obra que pode ser traduzida como teorização das

práticas cotidianas. Ao explicitar e sistematizar operações cotidianas – ler, caminhar, habitar, cozinhar – Certeau confere “estatuto teórico” para estas práticas. Para Certeau interessa investigar as “operações dos usuários”, na condição de cidadãos comuns e consumidores dos produtos oferecidos pelo mercado de bens culturais. Seu ponto nevrálgico são as maneiras diferentes do fazer cotidiano desses usuários ao se apropriarem dos bens culturais, cujas práticas anônimas precisam ser tratadas pela pesquisa científica, o que é feito nos dois volumes de *A invenção do cotidiano*.

Na mesma linha, investiguei as *operações engenhosas* dessas freiras que, sendo religiosas, eram também mulheres comuns e do seu modo se apropriaram dos bens teológicos impostos pelos jesuítas, seus diretores espirituais, em nome da Igreja romanizada da época. Então, perguntei pelo sentido do cotidiano dessas mulheres, ou seja, *como* elas inventaram *seus* diversos cotidianos, desde o tempo de leigas (1880-1890), depois associadas (1890-1894) e por fim religiosas (1895-1909) – em nossa perspectiva, a partir de 1909 a Congregação da Imaculada passa por um processo de institucionalização e romanização que deve ser alvo de novas investigações.

Outra questão relevante que permeia o estudo, aparentemente óbvia, é a refutação da ideia de que os “usuários” de um dado bem cultural – no caso, as irmãs da Imaculada –, no exercício de “consumir” esse bem, estariam supostamente entregues à passividade e à disciplina. Ao contrário, nas suas “artes de fazer”, que estão na dependência de um grande conjunto de procedimentos, esquemas de operações e manipulações técnicas, há uma “formalidade”, isto é: são presididas por uma lógica própria, permitindo-lhes exercer sua criatividade. Com as palavras de Certeau, “sempre é bom recordar que não se devem tomar os outros por idiotas” (2009, p. 248).

Nessa perspectiva, para analisar a “arte” ou séries de operações criativas dessas mulheres, articuladas umas às outras no tempo, utilizei a categoria trajetória, que pode ser entendida como movimento temporal no espaço, uma unidade de uma sucessão diacrônica de pontos percorridos. Em síntese, trajetória é uma linha descrita ou percorrida por um “corpo em movimento”. Uma trajetória, no espaço onde circula,

*evoca um movimento, mas resulta ainda de uma projeção sobre um plano, de uma redução. Trata-se de uma transcrição. Um gráfico (que o olho pode dominar) é substituído por uma operação; uma linha*

*reversível (que se pode ler nos dois sentidos) dá lugar a uma série temporalmente irreversível; um traço, a atos (CERTEAU, 2009, p. 45).*

Pensando no percurso dos “usuários”, durante os processos de apropriação dos bens culturais, Certeau diz que:

*inventores de trilhas nas selvas da racionalidade funcionalista, os consumidores produzem uma coisa que se assemelha às ‘linhas de erre’ de que fala Deligny [percurso dos jovens autistas escritos através de madeira, errâncias de quem não pode mais traçar para si um caminho no espaço da língua, conforme definiu Fernand Deligny]. Traçam ‘trajetórias indeterminadas’, aparentemente desprovidas de sentido porque não são coerentes com o espaço construído, escrito e pré-fabricado onde se movimentam. (...) essas ‘trilhas’ continuam heterogêneas aos sistemas onde se infiltram e onde esboçam as astúcias de interesses e de desejos diferentes. Elas circulam, vão e vêm, saem da linha e derivam num relevo imposto, ondulações espumantes de um mar que se insinua entre os rochedos e os dédalos de uma ordem estabelecida (CERTEAU, 2009, p. 91-92).*

Mas Certeau diz também que a categoria trajetória é insuficiente para dar conta de articular espaço, tempo, movimento e operação, componentes básicos dos fazeres cotidianos. Por esta razão, o autor recorre às categorias de tática e estratégia.

Define tática como:

*Um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. (...) Ao contrário, pelo fato de seu não lugar, a tática depende do tempo, vigiando para ‘captar no voo’ possibilidades de ganho. O que ela ganha, não guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em ‘ocasiões’. Sem cessar, o fraco deve tirar*

*partido de forças que lhe são estranhas. Ele o consegue em momentos oportunos onde combina elementos heterogêneos (...), mas a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a ‘ocasião’ (CERTEAU, 2009, p. 45-46).*

Em outra passagem, o autor retoma o conceito dizendo que tática é:

*a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’, (...) e no espaço por ele controlado. Ela não tem, portanto, a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ‘ocasiões’ e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não lugar lhe permite sem dívida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia. Em suma, a tática é a arte do fraco (CERTEAU, 2009, p. 94-95).*

Salienta ainda que muitas práticas cotidianas são do tipo tático e uma grande parte das maneiras de fazer é pequena vitória sobre o mais forte; é pequeno sucesso, artes de dar golpes, astúcias de ‘caçadores’. Em síntese, a tática é uma prática do desvio, é uma transgressão, pois “sempre é possível uma prática desviacionista”:

*Embora sejam relativas às possibilidades oferecidas pelas circunstâncias, essas táticas desviacionistas não obedecem à lei do lugar [do poder instituído]. Não se definem por este. Sob esse ponto de vista, são tão localizáveis como as estratégias tecnocráticas (e escriturísticas) que visam*

*criar lugares segundo modelos abstratos. O que distingue estas daquelas são os tipos de operações nesses espaços que as estratégias são capazes de produzir, mapear e impor, ao passo que as táticas só podem utilizá-los, manipular e alterar (CERTEAU, 2009, p. 87).*

Já a estratégia, na acepção de Certeau, é:

*o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um 'ambiente'. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico (CERTEAU, 2009, p. 45).*

Rediz e amplia o conceito:

*Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos de pesquisa etc.). Como na administração de empresas, toda racionalização 'estratégica' procura em primeiro lugar distinguir de um 'ambiente' um 'próprio', isto é, o lugar do poder e do querer próprios (CERTEAU, 2009, p. 93).*

Conforme se verifica, os conceitos de tática e estratégia estão intimamente imbricados com o conceito de "lugar". Segundo Certeau:

*Inicialmente, entre espaço e lugar, coloco uma distinção que delimitará um campo. Um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha portanto excluída a possibilidade para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do 'próprio': os elementos*

*considerados se acham uns ao lado dos outros, cada um situado num lugar 'próprio' e distinto que define. Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade. (CERTEAU, 2009, p. 184).*

O autor aponta os efeitos da "instauração de um corte entre um lugar apropriado e seu outro":

1. *O 'próprio' é uma vitória do lugar sobre o tempo. Permite capitalizar vantagens conquistadas, preparar expansões futuras e obter assim para si uma independência em relação à variabilidade das circunstâncias. É um domínio do tempo pela fundação de um lugar autônomo.*
2. *É também um domínio dos lugares pela vista. A divisão do espaço permite uma prática panóptica a partir de um lugar de onde a vista transforma as forças estranhas em objetos que se podem observar e medir, controlar, portanto, e 'incluir' na sua visão. Ver (longe) será igualmente prever, antecipar-se ao tempo pela leitura de um espaço.*
3. *Seria legítimo definir o poder do saber por essa capacidade de transformar as incertezas da história em espaços legíveis. Mas é mais exato reconhecer nessas 'estratégias' um tipo específico de saber, aquele que sustenta e determina o poder de conquistar para si um lugar próprio (CERTEAU, 2009, p. 94).*

Com base nestes e em outros conceitos certeausianos, inferi que assim se insinua a trajetória das freiras da Imaculada: seus corpos em movimento percorrem trilhas, utilizam táticas, constroem práticas desviacionistas. Outras vezes utilizam muitas estratégias.

Para começar, vejamos a maneira como elas vivenciaram os processos de educação religiosa nos anos iniciais de sua congregação. Temos aí vestígios de práticas desviacionistas.

Em agosto de 1895, o primeiro bispo de Curitiba, José de Camargo Barros (1858-1906), concedeu aprovação diocesana para essa comunidade religiosa, existente desde 1890, no sertão de Vigolo (SC), um povoado fundado por imigrantes italianos do Norte da Itália no ano de 1876.

É preciso dizer que as primeiras irmãs – Amabile Lucia Visintainer (1865-1942), que se tornou conhecida como madre Paulina do Coração Agonizante de Jesus, primeira superiora geral e fundadora da congregação, e Virginia Rosa Nicolodi (1864-1917), que passou a ser a madre Matilde da Imaculada Conceição – eram imigrantes italianas, vieram com suas famílias ainda crianças e vivenciaram todas as etapas do processo de colonização da antiga floresta catarinense (GROSSELLI, 1987), participaram ativamente da construção e organização das atividades religiosas da Capela de São Jorge e acabaram sendo convocadas pelos jesuítas para exercerem o ofício de catequistas, sacristãs e visitadoras de doentes. Em meio a essas práticas religiosas construíram seu ideal de dedicar a vida à religião (CUSTÓDIO, 2011).

Quando elas decidiram fundar um pequeno casebre para cuidar de uma doente, educar meninas e vivenciar sua vocação, receberam apoio de seu primeiro diretor espiritual, o jesuíta Marcello Rocchi (1850-1912), que assistia à Capela de São Jorge, mas que logo saiu de cena – em março de 1895, Rocchi foi transferido para Itu (SP), portanto, não acompanhou o processo de aprovação da nova congregação.

Vale salientar que a iniciativa deu certo, pois o contexto era muito favorável: de um lado, o povoado de Vígolo precisava de uma pequena enfermaria e de um lugar para educar as meninas das famílias mais pobres, de outro lado, a romanização do catolicismo necessitava de muitas mãos, especialmente a feminina, para se implantar na realidade brasileira por meio da catequese, das obras de caridade e instrução da infância e juventude. Também para o bispo a iniciativa fora benéfica, pois se tratava da primeira congregação nascida na recém-criada Diocese de Curitiba, portanto, o *primeiro produto* do seu bispado e isso, com certeza, seria um fato notável em sua carreira eclesiástica.

Como era de se esperar, seguindo uma prática comum, d. Barros delegou a um padre o acompanhamento da nova congregação – à época e durante muitos anos (de 1895 a 1921) essa tarefa foi realizada pelo jesuíta Luigi Maria Rossi (1852-1921), segundo diretor espiritual das irmãs, considerado “padre fundador” do instituto nas suas primeiras décadas de existência (AVISOS, 1929) – as irmãs-historiadoras fizeram uma revisão da história da congregação por ocasião dos processos de beatificação e canonização de madre Paulina e lhe atribuíram o título de fundadora da Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição (CONGREGAÇÃO, 1987).

Em todo caso, padre Rossi exerceu grande influência sobre a congregação, pois a partir do mandato eclesial de 1895, seguindo a tendência da Igreja, tomou várias iniciativas para adequar o novo instituto ao modelo de congregação religiosa vigente no período.

Com outras palavras, o jesuíta imprimiu uma linha de formação na congregação nascente, *educando* as Filhas da Imaculada Conceição, assim chamadas de 1895 a 1909, para assimilar variados preceitos religiosos. Sendo assim, elas tiveram que adotar um regulamento comum (regras ou constituições); passaram a viver em casas e seções separadas, de acordo com seu status (freiras, candidatas ou educandas) e atribuições. Tiveram que organizar um horário para cada atividade, que era sinalizado pelo toque de um aparelho (ferro) com função de sino, inclusive, havia um tempo para falar e um tempo para silenciar, ou seja, durante vários momentos do dia elas deveriam permanecer em silêncio para rezar e meditar. Iniciaram também as penitências comunitárias e outras práticas ascéticas. Promoveram a divisão social de seu trabalho, constituindo as funções de gerência das casas (elegeram as chamadas “superiores” ou “madres”) e distribuindo tarefas nas modalidades de atividades intelectuais, domésticas, campestres, educacionais, assistenciais e pastorais.

Contudo, nem todas as freiras assimilavam plenamente esses ensinamentos. Havia aquelas que “estranhavam” o “bater de ferros” [sino] a cada momento, acostumadas a uma vida talvez mais livre e mais “feliz” (FELLER, 1966, p. 70). Outras não ficavam em silêncio nem à noite, após a última oração, pois queriam dialogar sempre com as companheiras. Algumas não acatavam o dia e a hora estabelecida para tomar banho, trocar de roupa, participar de recreação comunitária, ministrar catequese, mas gerenciavam os tempos de higiene pessoal de acordo com suas necessidades, participavam dos momentos de diversão espontaneamente e davam aulas de catequese durante o tempo que consideravam necessário. No que tange ao trabalho com meninas, nem todas acolhiam bem as educandas que retornavam às casas das freiras aos domingos, provavelmente, desejando aproveitar melhor o único dia de descanso da semana. Tudo isso fora motivo de uma carta-circular, escrita pelo padre Rossi, em 1903, assinada e enviada pela superiora da congregação, madre Paulina. Nessa carta, padre e madre chamaram atenção de suas “filhas” por causa de alguns “defeitos” que deveriam ser corrigidos (CONGREGAÇÃO, 1987, p. 154-155).

No entanto, lidos na contramão, os supostos defeitos podem ser compreendidos como uma apropriação, na linha de tornar a educação ministrada por Rossi semelhante ao que se é, fazê-la própria, e não o contrário, de as irmãs tornarem-se semelhantes àquilo que aprendiam (CERTEAU, 2009, p. 237-239). Deste modo, algumas delas – e não deviam ser poucas já que mereceram uma carta-circular – se apropriaram dos ensinamentos, regulamentos e regras para outros fins e não aqueles planejados e disseminados pela autoridade clerical. Provavelmente, elas fizeram como as etnias indígenas, alvo da colonização espanhola, citadas por Certeau:

*Faziam com elas (leis, práticas, representações) outras coisas: subvertiam-nas a partir de dentro – não rejeitando-as ou transformando-as (isto acontecia também), mas por cem maneiras de empregá-las a serviço de regras, costumes ou convicções estranhas à colonização (CERTEAU, 2009, p. 89).*

É como se elas fizessem a educação de Rossi funcionar em outro registro. Dessa maneira, permaneciam outras no interior desse sistema que assimilavam e que as assimilava exteriormente. Modificavam-no sem deixá-lo, isto é, tornavam esses ensinamentos objeto de *suas* próprias manipulações. Tanto é que elas acatavam o regulamento de sua congregação, elaborado por Rossi e aprovado pela Igreja, mas usavam as leis, as práticas ou as representações que lhes eram impostas pela força da autoridade religiosa ou pela sedução dos argumentos teológicos que fundamentavam tais preceitos (AVISOS, 1929; CARTAS DE PADRE LUIZ MARIA ROSSI, 1978; IRMÃ EYMARD, 1995), “para outros fins”, de acordo com seu modo de conceber a vida religiosa. Por esta razão, burlavam as normas que não condiziam com seus pontos de vista em relação à convivência, trabalho, higiene, oração e, quem sabe, outros aspectos que não aparecem nas crônicas, diários e demais documentos.

Mesmo assim, a formação instituída por Rossi se desdobrou e se perpetuou na memória institucional. Além das orientações orais, ministradas em retiros e confissões individuais, Rossi escreveu 179 cartas e 81 conselhos e instruções ao longo de quase três décadas. Todo esse material foi reunido numa coletânea e publicado em 1929, no já citado livro de AVISOS, revisto e reeditado em 1978 nas já citadas CARTAS. Em cada texto, é visível a tentativa de inculcar uma educação para a submissão e a

obediência, típica do período, ainda mais se tratando de mulheres e freiras; em suma, uma educação para a observação de regras e disciplinas. Somente no bojo do Concílio Vaticano II (1962-1965), essa congregação e muitas outras seguiram novas orientações eclesiais, mais condizentes com a atualização promovida pela Igreja da época (BEOZZO, 2005).

Em suma, a maneira como elas vivenciaram os processos de educação religiosa nos anos iniciais de sua congregação nos revelaram a ocorrência de variadas práticas desviacionistas. Vejamos, agora, a maneira como elas conduziram os processos de educação no povoado de Vígolo, no pequeno município de Nova Trento e na cidade de São Paulo. Nesse caso, veremos vestígios de práticas estratégicas.

Em primeiro lugar, é necessário dizer que quando as duas primeiras irmãs – Amabile Lucia Visintainer (madre Paulina) e Virginia Rosa Nicolodi (madre Matilde) – decidiram residir num casebre, próximo à Capela de São Jorge, em Vígolo, para atender uma senhora doente e iniciar sua congregação religiosa, contando com o apoio do jesuíta Marcello Rocchi e também do patriarca Antonio Napoleone Visintainer, pai de Amabile, nesse momento, elas atuaram sob o prisma da estratégia.

Dessa forma, fundar a pequena enfermaria ou Hospitalzinho de São Virgílio conforme foi chamado, representou uma grande conquista, ou seja, uma capitalização de ganhos, uma delimitação de *lugar*, na acepção certeausiana, base para preparar futuras expansões e caminho necessário para oficializar a nova congregação religiosa. A partir daí, de um lugar de poder – o Hospitalzinho de São Virgílio – elas fizeram uso de muitas estratégias para levar seu projeto adiante.

Tão logo falecera a primeira paciente do “hospitalzinho”, como diziam elas, juntaram outras mulheres para seguir seus passos, bem como acolheram meninas e órfãs para educar. Mas não foi fácil lidar com a pobreza e, sobretudo, com a doença, pois as duas primeiras associadas tinham uma saúde muito precária, sem contar as mulheres doentes que iam se tratar no casebre. Além disso, enfrentaram críticas de alguns da comunidade, que não acreditavam em seu projeto, e até mesmo de seus parentes, que aguardavam o dia em que elas desistiram desse tipo de vida e retornariam aos seus lares.

Superando esses dilemas, em 1894, abraçaram uma oportunidade concedida pelos jesuítas: abrir uma nova casa em Nova Trento. Movendo-se no corpo a corpo com os acontecimentos, elas não tinham previsão e nem

mesmo planejaram sua ida para Nova Trento, mas logo perceberam que lá o futuro poderia ser promissor. Assim, trilharam o caminho do crescimento, pois passaram a administrar duas casas religiosas.

Como a casa de Nova Trento era maior, transferiram para lá as meninas que eram educadas por elas e passaram a receber um número maior, proveniente de famílias do lugar e também aquelas que eram órfãs. Não se deixando sucumbir pelas críticas anônimas da comunidade e também por ameaças de políticos da ala liberal de Nova Trento, de que elas seriam punidas juridicamente porque não tinham qualificação para educar as meninas, prosseguiram com seus trabalhos.

Em 1895, abriram uma pequena escola em Vígolo, para meninos e meninas. Não era propriamente uma escola primária, mas uma pequena escola religiosa associada à catequese, similar às europeias dos séculos XVI e XVIII (HILSDORF, 2006), que ensinava os rudimentos da leitura com fins religiosos. Não se sabe até quando funcionou esta escola, mas certamente foi um embrião da futura escola primária, criada lá em 1915 e existente até 1980.

Paralelamente à pequena escola de Vígolo, em 1896, alugaram um casarão, em Nova Trento, para atender mais órfãs e outras meninas, intitulado Externato Imaculada Conceição ou “Salamanca”, conforme ficou mais conhecido devido à sua pobreza material. O “externato” funcionou apenas quatro anos, pois não havia renda suficiente para pagar o aluguel e nem irmãs para trabalhar. Após o fechamento do “Salamanca”, em 1900, as meninas foram transferidas para Vígolo, mas no ano de 1901 ou 1902, as irmãs receberam novamente meninas na casa de Nova Trento.

Em 1903, essas mulheres abraçaram outra oportunidade, muito ousada para uma congregação feminina ainda incipiente: acolheram a determinação do jesuíta Rossi de se deslocarem para a cidade de São Paulo a fim expandir sua congregação, aumentar sua fonte de renda, ampliar seu conhecimento de vida religiosa com a Congregação das Irmãs do Bom Pastor, que as hospedariam em sua casa. Lá elas deveriam trabalhar numa obra de caridade, idealizada por um leigo abonado e político da ala conservadora, o conde José Vicente de Azevedo (1859-1944).

Assim, lideradas por madre Paulina, elas contribuíram com a criação do Asilo Sagrada Família, no bairro Ipiranga, destinado a receber meninas negras e órfãs, descendentes de escravos, algo inusitado para a capital paulista à época. A meta de atender meninas negras vigorou

até 1909, a partir daí, passaram a receber também meninas brancas e órfãs – o Asilo Sagrada Família foi renomeado Educandário Sagrada Família em 1961; existe até os dias de hoje e desenvolve projeto socioeducativo, complementar ao ensino fundamental, atendendo crianças de ambos os sexos.

Também nesse lugar, a vida não foi muito fácil, pois o Asilo Sagrada Família tornou-se cenário de muitos conflitos. Lá as irmãs tiveram que lidar com dois segmentos de poder: as elites paulistas que patrocinavam o asilo e o bispo de São Paulo, Duarte Leopoldo e Silva (1867-1938), autoridade que o controlava e aliado dos representantes da elite.

As divergências começaram quando Anna Brotero de Barros (1872-1957), com o aval de padre Rossi, do bispo e de Vicente de Azevedo (o idealizar e co-fundador do Asilo Sagrada Família) se tornou “benfeitora” do Asilo, em 1904. Aos poucos e inicialmente com o consentimento de madre Paulina, Anna constituiu-se administradora do asilo. A certa altura, enquanto Anna queria investir na melhoria dos aspectos físicos do asilo, as irmãs ficavam sem liberdade de ação e sem dinheiro algum para as despesas cotidianas.

No final de 1908, o conflito se acirrou, pois Anna foi eleita presidente da Instituição Sagrada Família, associação mantenedora do Asilo Sagrada Família, criada por Vicente de Azevedo e integrada por leigos e representantes do clero paulista. Novamente com apoio de Vicente de Azevedo e de d. Duarte, bispo à época, desse novo lugar de poder, Anna passou a atuar de forma ainda mais drástica, querendo mandar também nos negócios da congregação, ou seja, na vida interna das freiras (CONGREGAÇÃO, 1987, p. 228). Resultado: as irmãs romperam com ela e ainda foram se queixar ao bispo que, por sua vez, se colocou do lado de Anna.

Para resumir, o bispo convocou uma assembléia para eleição de uma nova superiora-geral, destituindo madre Paulina desse cargo, isto é, ele demitiu a fundadora da congregação e a mandou embora do Asilo Sagrada Família. Ao contrário, Anna Brotero de Barros foi homenageada com o título de “Fundadora da Casa Madre” – trata-se da casa construída em anexo ao Asilo Sagrada Família, sede da congregação e intitulada atualmente Casa-geral. Conforme os documentos, a ação episcopal de enaltecer a figura de Anna representou uma reparação pela suposta ingratidão das irmãs, principalmente, de madre Paulina.

Entretanto, embora destituída do cargo e longe do asilo e da Casa-geral – fora transferida para a Santa Casa de Bragança Paulista, onde

havia uma comunidade de irmãs – madre Paulina se aliou à nova superiora-geral e continuou – estrategicamente – acompanhando sua congregação, seja nas questões banais do dia a dia, seja nas questões mais estruturais da instituição.

Enfim, a trajetória dessas freiras, no que toca aos processos de educação gerenciados por elas, indica a utilização de muitas estratégias para superar as adversidades ou metamorfoses do tempo, algo possível porque nesse momento elas atuavam a partir de um “lugar próprio”, a sua congregação. É como diz Cerateau:

*Ela [a estratégia] é definida pela posse de um lugar próprio. (...) Definida pela propriedade, supõe, por exemplo, uma vitória do lugar sobre o tempo, o privilégio do lugar em relação ao tempo. Se temos um lugar próprio podemos capitalizar o passado e prever o futuro. Tornamo-nos menos dependentes do tempo. É uma capitalização sobre uma base própria que permite resistir mais às metamorfoses do tempo (CERTEAU, 1985, p. 16).*

### Referências

*Arquivo Histórico da Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição*  
*Fontes manuscritas e datilografadas*

MADRE MATILDE. *História da Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição: 1875-1895*. Tradução de padre Luigi Maria Rossi. São Paulo, 1919. Manuscrito.

MADRE DOROTÉIA. *História da Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição: 1865-1921*, v. 1-3. São Paulo: s.d. Manuscrito.

MADRE DOROTÉIA do Coração de Jesus. *História Resumida da Congregação: 1865-1921*. São Paulo, 1937. Datilografado.

MADRE DOROTÉIA. *História da Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição: 1875-1894*, v. 1. São Paulo: s.d. Datilografado.

MADRE DOROTÉIA. *História da Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição: 1895-1903*, v. 2. São Paulo: s.d. Datilografado.

MADRE DOROTÉIA. *História da Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição: 1904-1908*, v. 3. São Paulo: s.d. Datilografado.

MADRE DOROTÉIA. *História da Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição: 1909-1910*, v. 4. São Paulo: s.d. Datilografado.

### Fontes impressas

AVISOS, Conselhos e Instruções. Dirigidos a Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição pelo seu fundador Padre Luiz Maria Rossi. Aparecida, 1929.

CARTAS DE PADRE LUIZ MARIA ROSSI, SJ. São Paulo: Bentivegna, 1978.

CONGREGAÇÃO PARA AS CAUSAS DOS SANTOS, *Madre Paulina*: posição sobre a vida e as virtudes. Biografia documentada, v. 1. São Paulo, 1987.

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃZINHAS DA IMACULADA CONCEIÇÃO. *Esboço histórico: 1895-1945*. Nova Trento/São Paulo, 1945.

FELLER, Irmã Maria, IIC. *Madre Vicência Teodora da Imaculada Conceição*. Formadora e superiora geral. “Um serviço total à pessoa humana”. São Paulo: Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição, 1996.

IRMÃ EYMARD (Maria de Oliveira). *Padre Luiz Maria Rossi*: orientador e missionário incansável. São Paulo: Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição, 1995.

### Bibliografia

ABBADE, Marinel Pereira. *Uma trajetória singular: a Instituição Sagrada Família e a educação de meninas e moças*. Dissertação (Mestrado em Educação). São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1995.

BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959-1965*. São Paulo: Paulinas, 2005.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, J. e NORA, P. (orgs.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

CERTEAU, Michel de. Teoria e método no estudo das práticas cotidianas. In: COTIDIANO, CULTURA POPULAR E PLANEJAMENTO

- URBANO, 1985, São Paulo. *Anais do encontro*. São Paulo: FAU/USP, 1985, p. 3-19.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*, v. 1. 16ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*, v. 2. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. 6ª ed. Campinas: Papirus, 2010.
- CERTEAU, Michel de. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. São Paulo: Autêntica, 2011.
- CUSTÓDIO, Maria Aparecida Corrêa. *Artes de fazer de uma congregação católica: uma leitura ceriteausiana da formação e trajetória das Filhas da Imaculada Conceição (1880-1909)*. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2011.
- GINZBURG, Carlo. *Sinais. Raízes de um paradigma indiciário*. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GROSSELLI, Renzo Maria. *Vencer ou morrer: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras*. Santa Catarina (1875-1900), v. 1. Tradução de Ciro Mioranza e Solange Ugo Luques. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.
- HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *O aparecimento da escola moderna: uma história ilustrada*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. *Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática*. 17ª ed. Campinas: Papirus, 2011.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história, operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23ª ed. revista e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.
- VV. AA. Dossiê: Michel de Certeau, historiador. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, nov. 1998.

### Sobre a autora:

**Maria Aparecida Corrêa Custódio**, Universidade Federal do Maranhão (Imperatriz – CCSST).

